

## A CIDADE DO PORTO NOS RELATÓRIOS DAS VISITAS "AD LIMINA" DO ARQUIVO DO VATICANO

Por Carlos de Azevedo

O objectivo deste estudo é o de descobrir a contribuição que nos chega para a história do Porto através do conhecimento dos relatórios que os bispos da cidade invicta enviavam ou levavam a Roma, aquando da visita que lá deviam fazer quadrienalmente.

Foi o Papa Sixto V (1585-1590) quem determinou, em 20 de Dezembro de 1585, as normas para a obrigação das visitas *ad limina apostolorum*, a fazer por países, como sinal da comunhão com o Bispo de Roma, sucessor de S. Pedro, cujo túmulo também devia ser visitado, juntamente com o de S. Paulo. A partir daí até hoje, os prelados, ao cumprir esta lei, devem entregar um relatório sobre o estado da diocese. Começam, geralmente pelo que existe na cidade, anotando, por vezes, com particulares curiosos a sua população, os seus mosteiros, igrejas e paróquias até ao ponto de as descrever detalhadamente. Se era o caso, também pediam ao Papa uma solução para qualquer conflito e revelavam-lhe as necessidades mais urgentes.

Estas fontes inéditas encontram-se no *Archivio della Congregazione del Concilio*<sup>1</sup>, na série *Relationes Dioecesium*, caixa 660, conservado no Arquivo Secreto Vaticano (ASV). Desde já fica dito que as folhas dos relatórios não estão ainda numeradas, pelo que não poderemos fazer as citações com a precisão devida. Neste trabalho usamos todos os relatórios aí existentes, realizados nos séculos XVI e XVII, que são os seguintes: 1589, 1599, 1605, 1609, 1611, 1614, 1620, 1623, 1629, 1679 e 1688. É de notar

---

<sup>1</sup> Esta Congregação foi criada por Pio IV a 2 de Agosto de 1564, com o encargo de vigiar a observância das decisões do Concílio de Trento e de actuar as suas reformas. As tarefas de que foi incumbida seriam posteriormente aumentadas por S. Pio V e Sixto V. Em 1908, S. Pio X reformou-a quase totalmente.

que nalguns destes anos quase não se fez uma relação. Os motivos serão dados mais à frente, mas convém lembrar que a grande lacuna se deve à vacância da diocese de 1639 a 1671, no período da restauração, no qual a Santa Sé não reconhecia os bispos eleitos pelo novo Rei.

Para apreciar o interesse destas fontes, começaremos por analisar os documentos existentes, com as suas notas particulares, deixando o que têm de comum entre si, para um sequente estudo evolutivo.

### Visita de 1589

Tratava-se de uma novidade a que se dava cumprimento pela primeira vez. O bispo não pode vir pessoalmente, como sempre acontecerá neste período. Fez então procuração a Francisco Monteiro, Abade de Santa Marinha de Retorta, e no caso da impossibilidade deste a Pedro de Brito, arcediogo do Porto. As testemunhas deste acto jurídico foram os licenciados Vicente Francisco e Francisco de Almeida<sup>2</sup>, visitador do Porto, Martinho da Cunha é o notário. A procuração tem a data de 28 de Junho de 1590 e dela foi escrita uma versão latina por Bernardo de Aguiar, clérigo da Guarda. Desta procuração encontram-se por isso no Arquivo as duas versões. Igualmente verificamos a existência das duas versões para a «relação». Escrevo entre aspas porque na verdade não se trata propriamente de uma descrição do estado da Igreja diocesana mas de um atestado, datado de 16 de Setembro de 1589, no qual o bispo da diocese, Fr. Marcos de Lisboa (1582-1591), já com perto de 80 anos, apresenta os motivos porque não pode ir a Roma visitar Sixto V.

Os dados interessantes, para nós, vêm tanto numa carta dirigida ao Santo Padre apresentando o procurador e o estado sumário da diocese, como no referido atestado que se intitula: «Instrumento da pobreza do Bispado e da impossibilidade de Sua Senhoria poder em pessoa visitar o bispado».

Confirma-se, neste atestado, o carácter franciscano, pobre e esmoler de D. Fr. Marcos de Lisboa, que percorrera vários países da Europa, qual cronista da ordem seráfica<sup>3</sup>, mas nesta altura se encontrava atacado pela gota e sofrendo de outras enfermidades.

---

<sup>2</sup> Em 1625 foi nomeado cónego do Porto e encontrava-se também nessa data em Roma (cf. A. FERREIRA PINTO, *O Cabido da Sé do Porto* [— Documentos e Memórias para a história do Porto 6], Porto, 1940, p. 186).

<sup>3</sup> Compôs as *Chronicas da Ordem dos Frades Menores*, publicadas em três partes. A primeira em Lisboa, António Ribeiro, 1556; a segunda em Lisboa, João Blavio, 1562; a terceira em Salamanca, Alexandre de Canova, 1570. Destas foram feitas várias traduções (cf. *ibiblioteca Lusitana*, III, pp. 402-403).

Ficamos a saber que o Vigário Geral da diocese era Rui Nogueira e o escrivão Gonçalo Moreira. Certificam a verdade dos argumentos justificativos do bispo sete testemunhas inquiridas pelo Vigário Geral referido. São elas: o licenciado Pero Ferreira da Silva, arcediogo de Oliveira do Douro e que foi também governador da diocese quando D. Aires deixou a vida em Alcácer Quibir; o Doutor Inácio de Abreu, cónego prebendado da Sé do Porto; Sebastião da Silva, cavaleiro fidalgo da Casa do Rei e sargento-mor da cidade e do seu termo; António Braz e Manuel de Araújo, cidadãos do Porto, o que quer dizer homens privilegiados porque eram em princípio titulares de algum ofício de governo ou descendentes de quem os teve; Afonso Ferraz, Chantre do Cabido, de que dá notícias o Cónego Ferreira Pinto, Deão da Sé desde 1587 e futuro governador do Bispado por morte tanto de Marcos de Lisboa, como do seu sucessor D. Jerónimo de Meneses. A dúvida de Ferreira Pinto<sup>5</sup> acerca da identificação deste António Pinto como sendo o diplomata em Roma, a que se refere Fortunato de Almeida<sup>6</sup>, não é de admitir, já que o género de pessoas é declaradamente diferente para permitir a confusão.

E depois destas referências às pessoas que os nossos documentos citam, vejamos o que diz respeito propriamente à vida cidadina.

Um ano depois da Armada Invencível, o porto de mar da cidade era perseguido por corsários sobretudo franceses e ingleses, como especifica no seu depoimento o sargento-mor da cidade, Sebastião da Silva. Isto condiz com uma verdadeira preocupação da gente do mar, sentida também pelos reis desta época (D. Sebastião, em 1571 e Filipe II em 1617), determinando que os navios usassem artilharia para se defenderem<sup>7</sup>.

Existiam, segundo a nossa fonte, três guarnições militares ou presídios com capitães e soldados implantados em «Sam Joam da Foz, Matusinhos e Azurara».

Ao porto vinham continuamente estrangeiros com mercadorias e entre estes apareciam luteranos, com livros pouco aconselháveis sobre os quais o bispo exercia «contínua vigilância». Na verdade, já D. Manuel I, a pedido de Leão X, tinha tomado providências contra os luteranos e em 1560 e 1571 outros documentos declaravam esta prontidão a combater os protestantes que vinham aos nossos portos<sup>8</sup>.

A existência da Casa e Relação da Justiça do Porto, criada por lei de 27 de Julho de 1582, também não é estranho o do-

<sup>4</sup> Cf. PINTO, *Cabido*, p. 111.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>6</sup> F. de ALMEIDA, *Historia da Igreja em Portugal*, III/II, Coimbra, 1915, pp. 720-721.

<sup>7</sup> Cf. *História de Portugal*, ed. de Barcelos, V, pp. 299-300.

<sup>8</sup> Cf. ALMEIDA, *Historia*, pp. 118-119.

cumento em análise, dizendo que por causa disso ocorre à cidade muita gente tornando a terra «mais custosa e cara».

Acerca da pobreza das terras e da particular crise daqueles anos, escreve claramente o texto: «semdo os annos baratos abatem os preços, como foi estes dous annos que abateo quasi de dous mil cruzados». Todos os inquiridos dizem que é pequeno o rendimento do Bispado, não chegando o «dous contos e meio», porque não têm quase nada de dízimo. O pouco rendimento que há consome-se todo com os officiais da justiça, com os outros ministros da Igreja, colocando em primeiro lugar os cantores e tangedores de órgão, e também na Fábrica da Sé, que não tem de renda mais do que 15 000 reis.

O Bispo sustenta ainda, à sua própria custa a despesa das fábricas das três igrejas filiais que erigiu. Refere-se ele ao desmembramento da Paróquia da Sé em mais três: S. Nicolau, N. S. da Vitória e S. João do Belmonte. Esta última seria extinta em 1592, passando a Igreja, chamada depois de São João Novo, para os Eremitas de Santo Agostinho. Em virtude da erecção destas paróquias novas houve reacção do povo, que só acedeu quando por escritura de 16 de Julho de 1583 o bispo assumiu as despesas das fábricas das novas igrejas<sup>9</sup>.

E se não fosse Frei Marcos de Lisboa, sepultado na capela de Nossa Senhora da Saúde (e depois também de São Vicente), que ele próprio mandou fazer, viver com um franciscano, não tinha com que se sustentar e com que acudir os pobres, viúvas, órfãos e lugares pios, com os quais dispende em cada ano perto de 2500 cruzados. É interessante ver a crítica que neste passo se faz aos outros prelados do Reino:

...«ao dito Senhor Bispo não fica com que se sustentar nem se sustentara nem fizera as esmolas que faz se se tractara e vivera como vivem os outros prelados do Reino, com o fausto e casa que requer seu estado».

Mas as despesas do bispado não ficam por aqui. A nossa fonte, preocupada em demonstrar a pobreza da diocese não deixa de lado nada que possa ser oneroso nas suas despesas. Assim também a frequente passagem de romeiros a caminho de Santiago, aos quais Frei Marcos «agasalha, hospeda e ajuda», obriga a gastos e a esmolas. É muito curiosa a este propósito a informação de que haveria um ano no qual se socorreram três bispos armenos, também eles romeiros de Compostela<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> *Porto*, in *Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*, XXII, p. 596.

<sup>10</sup> Não podemos averiguar até que ponto seriam estes armenos que trouxeram o corpo de S. Pantaleão, depois da queda de Constantinopla, onde se encontrava. Segundo Rodrigo da Cunha vieram por mar e collocaram

Nesta informação para Roma, não podia esquecer-se a convocação do Sínodo diocesano havido a 3 de Fevereiro de 1585, com todo o clero para a aplicação do Concílio de Trento e publicação das Constituições do Bispado. A «relação» de 1589 afirma que o bispo tem grande zelo e vigilância do povo que lhe foi confiado, realizando em cada biénio a visita a toda a Diocese. A justiça é administrada através do Vigário Geral, oficiais e Provisor.

A Congregação do Concílio escreveu uma carta ao bispo do Porto, com data de 11 de Março de 1591. Pelo registo desta carta pudemos ver que a única recomendação feita depois da sua visita foi a do dever de instituir uma prebenda para o penitenciário. Esta medida nunca se viria a realizar, apesar mesmo de ser assunto insistido nas respostas a outros relatórios<sup>11</sup>.

### Visita de 1599

O relatório de 1599, que corresponde ao segundo e terceiro quadriénio, foi feito pelo novo bispo, D. Jerónimo de Meneses (1592-1600), que veio de Miranda para o Porto<sup>12</sup>.

De facto, Mons. Fabio Biondi, colector do Papa em Portugal, informa o Santo Padre de que em 1594 o Bispo está impossibilitado de fazer a visita ad limina<sup>13</sup>. A 18 de Janeiro

---

o sepulcro que traziam na igreja de S. Pedro de Miragaia e junto dela moraram servindo o santo. Daqui a origem da rua dos Arménios ou da Arménia. O corpo de S. Pantaleão passou depois para a Sé a 12 de Dezembro de 1499, deixando um braço em Miragaia, para contentar os seus moradores (RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo e história dos bispos do Porto*, Porto, 1623, p. 274).

<sup>11</sup> Cf. *Liber Litterarum Visitationum SS. Liminum*, vol. I, fl. 82. Esta série do Archivio della Congregazione del Concilio encontra-se ainda na sede da Congregação do Clero.

<sup>12</sup> Natural de Santarém, formou-se em teologia. Confirmado pelo Rei como Reitor da Universidade de Coimbra a 1 de Janeiro, governou-a até 4 de Novembro de 1578. Dom Sebastião chegou a pensar nele para bispo de Viseu e de Leiria mas o Cardeal D. Henrique é que o nomeará (6-VI-1579), para Miranda do Douro. Só pelos meados de 1580 entrou em Bragança. Deu-se com zelo a visitar as paróquias, ocupou-se da fundação do Mosteiro de São Bento de Bragança e da obra do Convento de S. Clara de Vinhais, não obstante as enfermidades. Entrou no Porto a 5 de Setembro de 1592. Devem-se-lhe os Estatutos da Sé e a admissão dos Monges de São Bento e dos Eremitas de Santo Agostinho na cidade. Faleceu a 12 de Dezembro de 1600, vítima de peste, em Lisboa. O seu corpo foi transferido para o Porto pelo seu sucessor, D. Gonçalo de Moraes, em 1605, para a Capela de Nossa Senhora da Saúde (cf. MACHADO, *Bib. Lusitana*, II, pp. 466-467; CUNHA, *Catálogo*, pp. 342-348; ALMEIDA, *História da Ig. em Port.*, III/II, pp. 857-858, 876; e sobretudo JOSÉ DE CASTRO, *Bragança e Miranda (bispado)*, I, Porto, 1946, pp. 223-239).

<sup>13</sup> ASV, *Nunziatura di Portogallo*, vol. 9, fl. 128.

de 1598 nomeou seu procurador em Roma o Doutor Miguel de Vasconcelos, presbítero da diocese do Porto, mas quem verdadeiramente trouxe a relação foi Luís Alvarez do Rego, abade de Santo André de Cristelos. O texto português e latino da procuração encontram-se junto do relatório. Para além destas procurações estão alegados mais dois documentos. Um que testifica a estadia e realização da procuração. É assinado por Alexandre Paiva, clérigo de Coimbra, e por duas testemunhas: Félix de Azevedo, presbítero de Évora e Gaspar da Fonseca, clérigo da Guarda. Foi passado a 27 de Janeiro de 1599. Outro é uma minuta com o resumo das dez questões que o bispo apresenta para resolução do Santo Padre contendo ao lado a respectiva resposta dada pela Congregação do Concílio.

O relatório foi entregue a 23 de Março de 1599 e a 29 de Junho foi considerado tudo em ordem, como está escrito no próprio texto. A propósito da visita foi enviada uma carta ao Bispo do Porto, com data de 6 de Agosto<sup>14</sup>.

Afirma-se nesta relação, da qual só se conserva a tradução latina, que a catedral da diocese é dedicada a Nossa Senhora da Assunção o que será repetido em todas as relações posteriores, quando se fala da dedicação da Sé<sup>15</sup>.

### Visita de 1605

D. Fr. Gonçalo de Moraes<sup>16</sup> a 18 de Outubro de 1605 constituiu seu procurador ao teólogo pregador dominicano João Cardoso. A Procuração está em latim assim como o relatório que foi recebido em 13 de Agosto de 1606.

---

<sup>14</sup> Cf. A. Congr. del Concilio, *Liber Litterarum Vis. SS. Lim.*, Vol. 2, fls. 165 v-166.

<sup>15</sup> Este dado vem atenuar as afirmações apressadas de SEBASTIAO MARTINS DOS REIS, *As catedrais portuguesas e a dedicação a Santa Maria*, Lisboa, 1954, pp. 109-111. Aliás não foi Fr. AGOSTINHO DE SANTA MARIA (*Santuário Mariano*, I, Lisboa, 1707), quem primeiramente afirmou que todas as Sés portuguesas estavam dedicadas a Nossa Senhora da Assunção mas sim RODRIGO DA CUNHA, *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642, p. 96. Ambas são afirmações rejeitáveis. Porém é certo que era grande a piedade assuncionista. Esta piedade «levaria os fiéis a tomar a invocação Santa Maria, sem qualquer outro qualificativo, como equivalente à Assunção de Maria, cuja festa era mais solene e mais geral que qualquer outra» (cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *A Virgem Maria, padroeira de Portugal na Idade Média*, in *Lusitania Sacra*, 2, 1957, pp. 36-37). A particularização é do século XV e XVI. A relação de 1679 dirá que foi D. Bernardo de Toledo quem sagrou a catedral.

<sup>16</sup> Nasceu em Vila Franca de Lampaças, que hoje é um lugar da freguesia de Sendas, em Bragança. Existe também a freguesia de Quintela de Lampaças. Sua mãe, ficando viúva ao fim de quatro anos de casada, vem viver para Anciães, onde é criado Gonçalo. Aos 14 anos entra para o Mosteiro de Refoios de Basto. Estudou em Coimbra. Foi Geral e grande reformador da sua Ordem. Com a sua persistência conseguiu que o Rei

Para além das referências à antiguidade da Diocese, cujo primeiro bispo de que há memória diz ter sido Froarico, como repetirão outras relações, fala-se também aí da doação de D. Teresa a D. Hugo<sup>17</sup>.

As paróquias da cidade manter-se-ão por todo o século XVII as mesmas cinco: três intra-muros: Sé, Vitória e S. Nicolau e duas nos subúrbios: Santo Ildefonso e Miragaia. É já manifesta a divisão d a diocese em quatro partes fornecendo o número de paróquias por comarca e da sua categoria. A Feira tinha 84. Destas, 34 eram Reitorias, as outras estavam anexas ou com vigários sendo, porém, 14 delas da livre colacção do bispo. A Maia tinha 67; 25 Reitorias, 20 com vigários, filiais e anexas. Nove eram apresentadas pelo bispo. Penafiel tinha 103 paróquias: 48 com Reitores, 25 com vigários e restantes anexas, das quais 16 à livre provisão do bispo. Riba-Tamega tinha 68: 44 Reitorias, 6 com vigários perpétuos. A livre colacção do bispo estavam 8. Do rei e de outros seculares eram 19.

Referimos estes dados desde já, mas eles vão-se repetir nos relatórios de 1609, 1611, 1614. As diferentes formas de contar tornam quase impossível um gráfico evolutivo. O anterior relatório de 1599 fornecia somente o total de 343 paróquias das quais afirmava que 20 escapavam à livre colacção do bispo por pertencerem a outros patronos; leigos, ordens militares e ordens religiosas. Em 1620 e 1629 diz-se que as igrejas de visitação ordinária são 320, com o total de 103 628 almas. Destas há 27 comendas de Cristo, três de S. João do Hospital, uma comenda de Leça do Balio e uma de Águas Santas, que tem quatro beneficiados simples. Existem 8 vilas com jurisdição secular e 11 povos (a que chamam lugares).

## Visita de 1609

Bastante semelhante à anterior, a relação foi recebida a 29 de Outubro de 1610, por intermédio do agente procurador Francisco Pereira Pinto<sup>18</sup>. Descreve com mais pormenor a cate-

---

renunciasse à apresentação nos conventos do seu governo. Foi prior do Mosteiro do Milagre de Santarém. Pensava acabar a vida retirado no Mosteiro de S. Bento de Lisboa, mas em 1602 é sagrado Bispo e parte para o Porto. Aí visitou todas as igrejas em 1603, foi muito solícito no culto divino, pródigo em esmolas, realizador de várias obras na Sé e defensor da liberdade da Igreja e da sua jurisdição.

<sup>17</sup> Sobre este assunto cf. MIGUEL DE OLIVEIRA, *O Senhorio da Cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*, in *Lusitania Sacra* 4 (1959), pp. 29-60.

O autor defende que a doação devia ser originalmente apócrifa.

<sup>18</sup> Por morte de Fr. Gaspar do Rego, Filipe III de Espanha nomeou-o bispo do Porto. Mas como foi aclamado D. João IV a nomeação ficou sem efeito. Entre os processos canónicos dos bispos, que se encontram no

dral, na qual o bispo fez algumas obras na sacristia erigindo um nobre sacrário para as relíquias dos santos.

Relata o bispo D. Fr. Gonçalo de Moraes (1602-1617) que tem feito as visitas corrigindo os costumes; tem dado cumprimento ao dever da pregação na quaresma e dias festivos. Denuncia o caso de alguns reitores que não vivem nas suas igrejas, mas têm domicílio fora, substituindo-se por vigários. Informa que ainda não foi possível realizar o Sínodo diocesano, nem existem ainda rendas que permitam a construção do Seminário. Os benefícios são providos depois de um exame dos candidatos feita por uma comissão. Queixa-se o prelado da abadessa do mosteiro beneditino do Porto que não se reforma, não preside ao Coro nem está presente no refeitório. Pede por isso que a abadessa seja mudada de três em três anos, para obstar a tais casos.

Acerca deste mesmo convento, sabemos que em 1619, lhe foi concedida prorrogação de manter anexa a Igreja de S. Pedro de Fins da Maia. Este documento data de 1 de Março. A primeira união tinha sido efectuada em 1546 por setenta anos. Na concessão recomenda-se e exige-se, como condição, que o convento sustente um vigário idóneo.

Do Sínodo, que não se tinha podido realizar antes de 1611 é dada notícia à Congregação do Concílio. Esta informação chegou a 12 de Julho de 1612, anexa ao relatório do quadriénio seguinte.

### Visita de 1611

O relatório foi feito a 15 de Agosto de 1611 e entregue em Roma a 5 de Agosto de 1612. No documento a que nos referimos vêm referidos os nomes dos juizes apostólicos eleitos, que foram: o licenciado António Pinto, deão de 1587 a 1617; o Doutor Francisco [de Meneses], chantre<sup>19</sup>; o Doutor Duarte Mendes de Vasconcelos, Mestre-escola<sup>20</sup>; Doutor Pedro de Brito,

---

Arquivo do Vaticano, encontramos também o seu (A. Consistoriale, *Processus consistoriales*, vol. 39, fls. 687-711). Além desta cópia o próprio processo informativo da sua pessoa e do estado da diocese encontra-se na série do Arquivo da Dataria Apostólica: *Processus Datariae*, vol. 20, fols. 73-108 v. Isto acontecia para os processos de bispos italianos e para os estrangeiros que não podiam ser feitos com a devida solicitude no respectivo país. É o caso deste em virtude das guerras da restauração. Francisco Pereira Pinto era natural de Vila Real. A 15 de Abril de 1670 recebeu a dignidade de arcepreste no Porto.

<sup>19</sup> Nasceu em Santarém e morreu em Faro em Março de 1618 foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra. Apresentado bispo de Leiria em 1624, foi transferido para o Algarve em 1627 (cf. AFONSO ZUQUETE, *Leiria. Subsídios para a história da sua diocese*, Leiria, 1945, pp. 182-184).

<sup>20</sup> Tomou posse do canonicato sendo ainda minorista em 19 de Abril de 1602. Foi Vigário Geral e governador do bispado pela transferência de D. Rodrigo da Cunha para Lisboa em 1627 (cf. PINTO, *Cabido*, p. 125).



arcediogo do Porto desde 1592; Licenciado Gaspar Gonçalves de Figueiredo, Vigário Geral; Licenciado Belchior Caldeira, cónego magistral (1570-1632); Miguel de Macedo, cónego desde 1580; Licenciado Rui Gomes Golias, cónego natural do Porto<sup>21</sup>, Licenciado Gaspar Luís de Macedo, cónego desde 1604, possuía a prebenda que tinha anexa a cadeira de Escritura. Foi secretário do Cabido e colaborador no governo da diocese aquando da saída de D. Rodrigo da Cunha<sup>22</sup>.

Para a realização do referido Sínodo o clero reuniu-se e elegeu seus representantes ou procuradores os seguintes sacerdotes.

#### *Por Penafiel*

- Gonçalo Vaz Pinto, Abade de Lordelo.
- Pantaleão Pereira, Abade de S. Miguel da Gandara.
- Licenciado João Magalhães, Abade de Nespereira.

#### *Por Riba-Tamega*

- Martim Afonso de Sousa, Abade de Salvador de Taboado.
- Pero Vaz de Sousa, Abade de Santo André da Várzea.
- António da Mota, Abade de S. Martinho de Soalhães e prelado de Santa Cruz de Baião.

#### *Pela Feira*

- Doutor Paulo de Castro, Abade de Santa Maria de Lamas.
- Jerónimo da Veiga, Abade de S. Tiago de Silvalde.
- Licenciado Baltasar Rebelo, Abade de Santa Maria do Olival.

#### *Pela Maia*

- Licenciado Belchior Vaz Correia, Abade de Santiago de Bougado.
- Paulo Novais, Abade de Santa Maria da Silva Escura.
- Licenciado João Alvares Moutinho, Prior de Cedofeita.

Estes nomes vêm referidos num documento alegado à relação de 1611 e com a data de 6 de Maio do mesmo ano.

---

<sup>21</sup> Seria depois Vigário Geral de D. Gonçalo de Moraes e de D. Rodrigo da Cunha.

<sup>22</sup> Cf. PINTO, *Cabido*, p. 190.

### Visita de 1614

Esta relação, muito semelhante às anteriores, foi trazida por Sebastião Barbosa, presbítero da diocese de Braga. Foi-lhe passada procuração pelo notário António Carneiro a 12 de Agosto de 1614. O relatório foi exibido a 5 de Novembro de 1615. Corresponde ao sétimo quadriénio.

Em 1617 o bispo Fr. Gonçalo de Morais deixou este mundo. Assim, para o oitavo quadriénio, não existe uma relação mas um simples pedido de prorrogação.

### Visita de 1620

O relatório de D. Rodrigo da Cunha feito a 10 de Outubro de 1620 e entregue em Roma no dia 5 de Junho de 1621, teve como procurador o P. Manuel Dias, licenciado nos Sagrados Cânones, natural do bispado e Abade de Santa Maria de Lamas.

Deste relatório existe a versão portuguesa e uma tradução latina, feita por Ambrósio de Aguiar, clérigo de Braga. Está registada, a propósito da visita, uma carta ao bispo da parte da Congregação. Diz que está tudo em forma. Tem a data de 4 de Maio de 1621<sup>23</sup>.

### Visita de 1624

A relação de 1624 consta de um certificado enviado pelo Provisor Doutor Francisco de Azevedo, a 6 de Março de 1623, do qual existe também uma versão latina exibida pelo procurador a 10 de Abril de 1624. As testemunhas deste certificado são: Doutor Gaspar Pinheiro, Abade de Nevogilde, natural do bispado e por muito tempo capelão do bispo; Sebastião Alexandre, cónego que assistiu ao Sínodo realizado por Fr. Marcos de Lisboa em 1596 e Pero Lopes cónego prebendado desde 1606. O escrivão é Luís Grego Lobo e o notário apostólico é Martinho de Matos, que também seria cónego do Porto<sup>24</sup>.

O Doutor Francisco de Azevedo, a pedido do Procurador da mesa pontifical do bispado do Porto, nele certifica que existem Constituições feitas depois do Concílio, que regulam tudo o necessário. Atesta, ainda, que o bispo visita todos os anos as igrejas

---

<sup>23</sup> ARC. CONG. CONCILIO, *Liber Litterarum Visit. SS. Limin.* 3, fol. 64.

<sup>24</sup> Cf. PINTO, *Cabido*, 228.

e que quando vê nelas qualquer deficiência, para o bom governo faz assentar isso, no livro dos capítulos da visita.

Acerca do meirinho afirma que é zeloso em aplicar a justiça e que, não tendo outras rendas, lhe é aplicada parte das penas das condenações dos culpados. Outra parte é para a fábrica da Sé.

O registo das cartas ao Bispo, aquando da visita, refere-nos uma com data de 4 de Junho de 1626, de que desconhecemos o objecto <sup>25</sup>.

### Visita de 1629-32

D. Fr. João de Valadares <sup>26</sup> envia em 1630 duas certidões. Uma, de 28 de Novembro, passada a pedido do licenciado Manuel Aguiar de Sousa, Vigário Geral, onde se atesta a impossibilidade de o bispo ir pessoalmente visitar a Sé. De facto, acrescenta que tendo sido reunidos os beneficiados se lhes propôs a necessidade de que alguém viesse a Roma. Nenhum quis. A assinatura é reconhecida por Martinho de Matos, notário apostólico.

A outra certidão, em data de 30 de Dezembro, é passada pelo secretário do Cabido, o cônego Manuel Pinto, atestando que o Chantre, Francisco de Freitas do Amaral, perguntou, por mandato do bispo, se alguém do Cabido queria ir a Roma, pagando o bispo a despesa. Ninguém se ofereceu. Este documento é reconhecido por Jacinto de Almeida, notário apostólico.

O relatório, de 10 de Outubro de 1629, é bastante pormenorizado. Corresponde ao décimo primeiro quadriénio. Dele há,

---

<sup>25</sup> *Liber Litterarum Vis. SS. Limina*, vol. 3, fol. 147.

<sup>26</sup> Natural de Setúbal, filho dos nobres Estevão de Mota de Valares e de D. Catarina Valadares, professou na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. A 27 de Janeiro de 1605 foi nomeado pregador de Filipe III de Espanha. Atendendo a ter sido por longos anos leitor de Teologia, doutor em teologia e examinador nos concursos para as igrejas do padroado real, foi-lhe concedido o grau de Mestre em Artes e Teologia, título este que recebeu a 15 de Outubro de 1606, na Igreja da Graça. Na sua Ordem foi três vezes definidor, duas prior do Convento da Graça em Lisboa e provincial. Era tido por pregador de merecimento e sabido em cerimónias sagradas.

Tinha mais de 50 anos, quando foi confirmado Bispo de Miranda no consistório do dia 9 de Agosto de 1621. Nesta diocese ressalta a sua preocupação em fazer a visita pastoral e de pôr em ordem a liturgia da Sé.

A 15 de Maio de 1626, Filipe IV apresentou-o bispo do Porto. O processo decorreu de Outubro a Dezembro de 1626. Tomou posse, segundo a nossa relação, a 29 de Novembro de 1627. Fortunato de Almeida apresenta, porém, para a entrada solene só o dia 22 de Outubro de 1628. Na diocese do Porto demonstrou-se um governador misericordioso e compassivo em benefício dos pobres. Faleceu a 23 de Maio de 1635 (cf. CASTRO, *Bragança e Miranda*, II, pp. 25-35).

na caixa, duas versões. A portuguesa, mais completa, e uma tradução latina feita por Diogo Lopes de França, presbítero de Lisboa, a 30 de Agosto de 1631.

O procurador em Roma é Patrício Ribeiro da Fonseca, presbítero da diocese do Porto. A procuração, em latim, foi dada a 30 de Dezembro de 1631. A assinatura do bispo está reconhecida pelo notário Jacinto de Almeida. Sabemos, por um certificado anexo que o procurador visitou a Basílica de S. Pedro a 21 de Janeiro de 1632.

Acerca da pessoa do bispo, realça-se a sua solicitude pastoral diligente em cumprir as determinações do Concílio de Trento: visitar ou fazer visitar a diocese chegando a lugares onde os antecessores não chegaram; tratar de assunto de jurisdição em Lisboa, visitar as prisões, dar instrução ao povo nas igrejas da cidade, sobretudo na catedral, no tempo da Quaresma e Advento.

No registo das cartas ao bispo sobre as visitas ad limina está inserida uma prorrogação feita a 20 de Março de 1630, pelo espaço de um ano<sup>27</sup>. A 20 de Novembro do mesmo ano nova carta bastante repreensiva é enviada pela Congregação do Concílio chamando a atenção do Bispo para a obrigação de fazer a visita<sup>28</sup>. Mas, a 23 de Agosto de 1631, foi concedida nova prorrogação<sup>29</sup>. Na carta enviada depois da visita, que tem a data de 24 de Abril de 1632, faz-se referência a este atraso. Nela também se torna a lembrar a necessidade de deixar uma prebenda para o penitenciário ou, na impossibilidade, actuar conforme os cânones do Concílio<sup>30</sup>.

### Visita de 1679<sup>31</sup>

O relatório, feito a 19 de Novembro de 1679, foi trazido a Roma por um delegado. D. Fernando Correia de Lacerda, na impossibilidade de ir pessoalmente, enviou António Lopes da Fonseca. A procuração foi passada por Hilário da Rocha, Vigário Geral da Diocese. O notário apostólico Manuel Correia de Faria reconheceu as assinaturas.

Alegados ao relatório estão também dois atestados médicos, em português, passados por António Ferreira Melo, médico de

---

<sup>27</sup> *Liber Litterarum Visit. SS. Limina*, vol. 4, fol. 189 v.

<sup>28</sup> *Ibid.*, vol. 4, fols. 217 v-218.

<sup>29</sup> *Ibid.*, vol. 4, fol. 244 v.

<sup>30</sup> *Ibid.*, vol. 4, fols. 272 v-273.

<sup>31</sup> Refere-se nesta relação um relatório anterior enviado em 1675, o qual, porém, não se encontra na caixa. Quanto a este ano somente estão conservados os impressos que atestam a visita às basílicas de S. Pedro e S. Paulo, feitas pelo mesmo procurador a 23 de Dezembro de 1675.

Câmara de sua Alteza e cirurgião-mor do Reino, e por Belchior Mendes Cerqueira, médico formado em Coimbra e exercendo no Porto. O primeiro afirma que assiste o bispo há vinte anos e sabe que ele precisa de observar um regime que não o deixa sair fora do Reino. Este atestado tem a data de 15 de Abril de 1680 e a assinatura foi reconhecida pelo notário Bernardo Cardoso. O segundo tem a data de 22 de Março do mesmo ano. Ambos atestam que o bispo é muito doente. Sobre de «affectos melancolicos hipocondriacos e de acidentes de pedra». Tem tomado banhos de Caldas e outros remédios. O segundo diz que é médico do bispo há mais de 10 anos.

A confirmar a visita às duas basílicas estão dois impressos assinados pelos responsáveis costumados.

### Visita de 1688

E, por último, consideremos o relatório latino<sup>32</sup> datado a 15 de Janeiro de 1688. Foi procurador em Roma o Doutor Vicente Coelho Borges<sup>33</sup>, desculpando-se D. João de Sousa com os achaques que «excedem os seus anos». E como não tem nenhum capitular disponível, a quem compete a substituição, envia um homem em quem confia, quer pela capacidade e virtudes, quer por ser conhecedor do cuidado com que o bispo procura satisfazer as obrigações pastorais.

A procuração, redigida em latim, a 15 de Janeiro de 1688, foi escrita por António Borges de Araújo. As basílicas foram visitadas a 12 de Outubro e a visita foi dada concluída a 18 de Outubro de 1688. A Congregação escreve ao bispo a 27 de Novembro de 1688 louvando a acção demonstrada pelo relatório<sup>34</sup>.

Sabemos, pelo referido relatório, que no mesmo dia em que foi aceite pelo Papa a renúncia de D. Fernando Correia de Lacerda foi também confirmado D. João de Sousa. Este tomou posse por procuração dada ao licenciado Manuel da Silva Francês<sup>35</sup>, que ficou como Governador e Vigário Geral, ministérios já exercidos com o bispo anterior. Foi D. João de Sousa sagrado

---

<sup>32</sup> Pude usar também o texto português que se encontra na Biblioteca da Ajuda, códice miscelâneo 44-XII-16, fols. 429-433 v, que me foi gentilmente cedido pelo Senhor Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos.

<sup>33</sup> Tomou posse de um canonicato que vagou pelo falecimento de Martinho de Matos. Fê-lo por procuração porque se encontrava na Cúria Romana (cf. PINTO, *Cabido*, p. 234).

<sup>34</sup> *Liber Litterarum Vis. SS. Limina* 17 [11], fols. 231-231 v.

<sup>35</sup> Foi delegado do Cabido ao Sínodo diocesano de 1687. Mais tarde exerceu o encargo de Provisor. Acompanhou D. João de Sousa para Braga, onde foi reitor do Seminário, Provisor e Vigário Geral. Seria depois coadjutor em Lisboa, com o título de bispo de Tagaste (cf. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos Episcopales da Igreja primacial de Braga*, Famalicão, 1932, III, p. 210).

a 16 de Abril, domingo do Bom Pastor. Deu entrada solene na cidade, passando pelo porto de Miragaia aos 17 de Setembro. Feito este itinerário pelas relações elencadas e pelos seus detalhes particulares, passemos agora ao estudo evolutivo, quanto nos permitem os dados comuns neles existentes. Começaremos pelos dados demográficos.

## População

Durante o período respeitante às visitas ad limina analisadas, as freguesias da cidade e subúrbios permanecem sempre as mesmas cinco<sup>36</sup>. O número total de almas em 1599 seria, segundo o relatório, 20 000. Em 1620 e 1629 o número diminui sensivelmente para 11 716<sup>37</sup>. Ainda que estes números sejam sempre bastante relativos, podemos encontrar o motivo que justifica este abaixamento. A peste dos começos do século XVII (1598-1603) dizimou, de facto, muita gente.

O relatório de 1629 é o primeiro a referir o número de comungantes por paróquia o que dá uma ideia do número de habitantes. Dou a seguir um quadro destes que são bastante semelhantes aos de Rodrigo da Cunha, como já ficou dito.

### Comungantes em 1629

PARÓQUIAS	MAIORES	MENORES
Sé .....	5 651	404
S. Nicolau .....	3 250	338
Vitória .....	2 100	300
Miragaia .....	1 251	157
Santo Ildefonso .....	1 000	150
<i>Total</i> .....	13 252	1 349

<sup>36</sup> A relação inclui nos subúrbios a paróquia de Santa Marinha de Vila Nova, a qual não figura mais nas relações seguintes.

<sup>37</sup> Cf. estes números com os de Rodrigo da CUNHA, *Catálogo*, p. 372. O total é o mesmo e as paróquias têm ligeiras diferenças.

O relatório de 1688 fornece-nos dados talvez mais objetivos<sup>38</sup>, distinguindo a população do número de comungantes. Estes são, ao todo, nas cinco freguesias da cidade 9351. Os confirmados por sua vez são 2841. A população distribui-se, segundo o Relatório, do modo que se segue:

PARÓQUIAS	FOGOS	POPULAÇÃO		
		Maiores	Menores	Total
Sé .....	1 507	6 057	291	6 348
S. Nicolau .....	802	3 150	249	3 399
Vitória .....	734	2 643	94	2 737
Miragaia .....	384	1 181	120	1 301
Santo Ildefonso .....	589	1 923	211	2 134
<i>Total</i> .....	4 016	14 954	965	15 919

O único comentário a fazer é o de que a população aumentou no seu total de 11 716 em 1620 para 15 919 em 1688. Na verdade, os restantes dados não têm uma correspondência verdadeira. São praticamente únicos. Mas para mais clarificar a evolução deixamos outro quadro que pode servir para os estudiosos de demografia.

<sup>38</sup> Omitimos os dados da relação de 1679 referentes ao total dos paroquianos e e à parcela dos menores nele incluído. Isto porque são números claramente arredondados. Ei-los porém:

PARÓQUIAS	MAIORES	MENORES
Sé .....	6 000	— de 600
S. Nicolau .....	4 000	400
Vitória .....	3 000	350
Miragaia .....	1 000	300
Santo Ildefonso .....	2 000	300

PARÓQUIAS	ANO DE 1623	ANO DE 1688
Sé .....	6 055	6 348
S. Nicolau .....	3 578	3 399
Vitória .....	2 400	2 737
Miragaia .....	1 398	1 301
Santo Ildefonso .....	1 150	2 134
<i>Total</i> .....	14 571 <sup>39</sup>	15 919

É curioso verificar que os números fornecidos por Carvalho da Costa em 1706 são quase os mesmos da relação de 1688. De facto Carvalho da Costa dá par aa Vitória 2743 e para S. Nicolau 3354. Os restantes números são iguais <sup>40</sup>.

### Sé Catedral

Começo por transcrever a descrição pormenorizada que o relatório de 1620 faz da catedral. Faço-o porque ele possui alguns pontos interessantes que estão ausentes da descrição que passados três anos faria o bispo no seu *Catálogo*. Irems colocando em nota as informações complementares que nos chegam de outras fontes. Assim evitaremos as repetições. Eis o texto:

«Há nesta cidade a Igreja maior, que hé a See de notavel grandeza, toda de abobeda e de custosisimo feitio, em cuja porta principal que está para o Occidente, está a imagem da Virgem Maria Nossa Senhora. E consta a Igreja de tres naves com grandes colunas de pedra ate a capella maior, onde está a cadeira episcopal, com hum choro de madeira de muitas e varias figuras, com huma custoza stante, aonde pello cabido e ministros delle se reza e canta o officio divino. E além deste choro que de novo se

<sup>39</sup> A soma realmente é de 14 571 somando maiores com menores. Mas subtraindo os menores aos maiores o número aproxima-se do total referido por Rodrigo da Cunha e pelas relações de 1620 e 1629, isto é, 11 716.

<sup>40</sup> Cf. ANTONIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia portuguesa*, I, (1706).



fes esta outro antigo de madeira, em que tão bem está a cadeira episcopal e outras dos mais ministros, com seu órgão para mais perfeitamente se louvar a Deos Nosso Senhor.

Há nesta See huma insigne Capella maior <sup>41</sup> feita de varia casta de pedras e de varias cores, guarnecida de jaspes, com hum sumptuoso e grande retabolo e excellente pintura, dos milhores das Sees deste Reino, debaixo da invocação d'Assumpção de Nossa Senhora.

Tem esta See, da parte do Evangelho, huma capella do Santissimo Sacramento de admiravel feitio e muito ornada e dourada e fechada com groças grades de ferro todas pintadas e douradas <sup>42</sup>. E, da parte da Epistola, outra Capella, tãobem fechada com grandes, da invocação do Príncipe dos Apóstolos, S. Pedro, aonde está situada a confraria e Irmandade do Cabido e clerizia desta cidade e vizinhança dela <sup>43</sup>.

Ha mais nesta Se, da parte do Evangelho, huma corioza capella em que esta situada a Confraria dos coreiros, que são os clerigos do ante coro desta Se que servem de enterrar os mortos e celebrar por elles os divinos officios e he debaixo da invocação de Santa Maria do Praesepe <sup>44</sup>. E da mesma parte há tres altares encostados às columnas que sustentão as naves da Sé: da invocação do Nome de Jezus hum delles, outro do apostolo S. Tiago <sup>45</sup> e outro de S. Gonçalo <sup>46</sup>; e da propria parte está a pia do baptisterio, fechada com suas grades pintadas, como se costuma em todo este Bispado, a quoaal he de huma só pedra de marmor de excellente feitio. E da outra parte, nas columnas da outra nave, em outros tres altares, em correspondencia:

---

<sup>41</sup> Esta capela é obra de Gonçalo Morais começada em 1609.

<sup>42</sup> Segundo Rodrigo da CUNHA, *Catálogo*, 368, a grade está envernizada de vermelho e os balaustres e cornijas estão dourados. É uma grade borte, alta e de muita invenção.

<sup>43</sup> Neste altar estavam as imagens de Santa Luzia e Santa Apolónia com a sua relíquia, segundo a relação de 1629.

<sup>44</sup> A confraria é muito antiga e tinha Estatutos que revelavam muita piedade e prudência. Fazia uma festa na primeira oitava do Espírito Santo, como informa a relação de 1629. Esta confraria acompanhava com sobrepeliz e cruz levantada os defuntos (cf. CUNHA, *Catálogo*, p. 369). Sobre esta instituição cf. CÂNDIDO DOS SANTOS, *Subsídios para a história do Cabido da Sé do Porto: a Coraria*, in *Tripeiro*, 9 (1969).

<sup>45</sup> É referido juntamente com um outro de S. Roque e para além do altar mor e do altar do Santissimo Sacramento na relação de 1599.

<sup>46</sup> A imagem é de vulto, vestida com o hábito dos Pregadores (cf. CUNHA, *Catálogo*, p. 367).

hum de S. Lourenço<sup>47</sup>, outro da Santissima Trindade<sup>48</sup> e outro de Nossa Senhora, da invocação da Silva<sup>49</sup>. Fechados todos com grades pintadas e douradas, este com privilegio pellas almas do Purgatório.

De frente deste ultimo altar, está a porta que vai para o coro antigo e para duas torres de notavel altura e feitio, huma das quoais, para a parte do Norte, tem oito sinos que servem de tanger às festas e officios da Igreja; e a outra, da parte do Sul, em que está hum grande relógio pello qual se governa a cidade toda<sup>50</sup>.

Ha nesta Sé huma sachristia em que estão os ornamentos della em caixões de pao preto marchetados, e com tirantes de ferro dourados. E, da outra parte, duas capellas, em que estão as reliquias e vasos sagrados e mais thezouro de prata que serve na Sé<sup>51</sup>.

Ha mais nesta Sé huma claustra, toda de abobeda de pedraria de extimavel feitio, com huma parte junto della; da parte do sul, huma capella de abobeda de grande feitio, da invocação de Nossa Senhora da Saude e S. Vicente<sup>52</sup>, na quoal esta huma capella de Nossa Senhora da Conceição<sup>53</sup>; e junto della huma caza em que se fas o Cabido; e hum corredor, que he serventia dos passos episcopaes; e junto desta claustra está outra, que serve de semiterio para os pobres».

---

<sup>47</sup> Neste altar está também o arcanjo S. Miguel segundo a relação de 1629.

<sup>48</sup> Aqui se situa a imagem de S. Pantaleão e a respectiva confraria, como anota o relatório de 1629.

<sup>49</sup> Trata-se de uma imagem de grande antiguidade e veneração a que a Beata Mafalda fez uma doação. Encontrada, segundo Rodrigo da Cunha, (*Catalogo*, p. 367), num silvado perto da catedral. A imagem representa magestade e causa reverência. Tem uma confraria que lhe faz festa a 8 de Dezembro (cf. relação de 1629).

<sup>50</sup> A relação de 1688 diz que este relógio tinha caído havia já dezanove anos e que o bispo então o consertou à sua custa porque eram grandes as faltas no serviço do coro e no governo da república.

<sup>51</sup> Em 1589, diz-se que a sacristia est ámunida de todos os paramentos necessários. A relação de 1599 diz que sacristia está munida com paramentos bordados a ouro e prata de seda e damasco, que tem belas cruces processionais, pontificais e reliquias. A Sé tem um ótimo coro, um órgão grande e um realejo. Os paramentos deterioram-se, porém, pela falta de rendimentos da Fábrica da Sé que eram de 40 ducados. O bispo propunha, por isso, que uma prebenda fosse para a Fábrica. A relação de 1629 além dos armários refere-se ao lavatório de jaspe que é da mesma pedra do púlpito. Afirma que a sacristia é capaz, grande e iluminada pela grande vidraça que está do lado do meio dia.

<sup>52</sup> Era o padroeiro da cidade até a chegada de S. Pantaleão. Tem S. Vicente uma confraria que o celebra todos os anos (cf. relação de 1629).

<sup>53</sup> Segundo a relação de 1629 existiam no claustro três altares: Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Ó, ou da Expectação, cuja festa se realiza para esta última a 8 de Dezembro, segundo o costume do Reino de Portugal, acrescenta o relatório.

Apesar de ter ido fazendo referência às confrarias que existiam junto de alguns altares da catedral será melhor recolher agora todos os dados para uma proveitosa visão de conjunto. Deparamos neste período da história da cidade com as seguintes:

- Confraria do Santíssimo Sacramento, citada no relatório de 1599 e em todos os outros posteriores;
- Confraria de Nossa Senhora da Assunção, que cuidava do altar-mor e da festa. É citada somente em 1599;
- Confraria de São Tiago, mencionada na relação de 1599 e noutras;
- Confraria da Irmandade do Cabido e Clérigos, junto do altar de S. Pedro;
- Confraria dos Coreiros, junto do altar de Santa Maria do Presépio;
- Confraria de Nossa Senhora da Silva, com festa a 8 de Setembro;
- Confraria de S. Gonçalo;
- Confraria de S. Pantaleão, que está no altar da Santíssima Trindade, como já ficou dito. Antes estava no altar-mor;
- Confraria de S. Lourenço;
- Confraria do Santo Crucifixo, no altar do Santíssimo Nome Nome de Jesus ou de S. Bartolomeu. Era este crucifixo que ia para a Ermida de S. Nicolau, em Gaia, com uma grande procissão e festa (cf. CUNHA, *Catalogo*, p. 568).

Na sua totalidade as confrarias não são referidas no conjunto dos relatórios. Geralmente indicam-se algumas nominalmente e às outras dá-se um número redondo. Assim, o relatório de 1599 diz que as confrarias eram ao todo 10, ainda que só mencione nominalmente quatro delas, entre as quais uma de S. Roque, talvez junto de um possível altar existente antes da destruição da antiga capela-mor.

A relação de 1609 diz que para além da do Santíssimo Sacramento existem mais sete. De notar que S. Roque é neste relatório situado numa edícula do claustro. Esta data coincide com o começo das obras na capela-mor<sup>54</sup>.

O relatório de 1629-32 refere nominalmente a dos Coreiros, de S. Pedro, de S. Tiago, de S. Gonçalo, S. Lourenço, S. Pantaleão. Segundo este documento funcionava na capela de S. Vicente,

---

<sup>54</sup> Também estão em edículas a Virgem da Assunção e S. João Evangelista.

panteão episcopal, uma outra confraria com este nome. Os seguintes, porém, não a mencionam.

A Sé Catedral é, em vários relatórios, enaltecida pelas suas relíquias. O seu maior orgulho está em possuir o corpo de S. Pantaleão, médico, mártir no tempo do imperador Diocleciano e conhecido como natural de Nicomedia. Mas, além desta, possui ainda:

- Um pedaço da Santa Cruz que foi posta, segundo o relatório de 1609, no pé de um cálice de ouro e um pedaço da pedra do Santo Sepulcro, ambas referidas na relação de 1609.
- Um braço de S. Vicente, mencionado em 1609 e mais detalhadamente em 1629. A presença desta relíquia é motivada por uma pitoresca história contada em Rodrigo da Cunha:

«Goza esta Sé de um braço do mesmo Santo que Deus milagrosamente lhe quis dar porque sendo levado para Braga, a azemola em que ia sem ninguém a poder impedir se veio à Sé e se pôs diante do altar-mor com o sagrado tesouro, o qual tanto que lhe foi tirado acabou ali subitamente, não querendo Deus servir-se mais em usos profanos, a que trouxera sobre si as relíquias do seu mártir»<sup>55</sup>.

- Um dente de Santa Apolónia, do qual é feita menção no relatório de 1629, guardado numa custódia de prata dourada, metida no seu sacrário.
- E outras, de São Tiago, Santo Estevão e S. Clemente, papa e mártir, são referidas na relação de 1609.

## Cabido

Quanto ao Cabido notamos que antes dos Estatutos publicados em 1596, e portanto segundo o relatório de 1589, existia com a seguinte composição: oito dignidades, catorze cónegos de uma prebenda, oito de meia, quatro porcionários. Entre os cónegos estão o Magistral, o Doutoral e o que exerce o cargo de leitor da Sagrada Escritura.

Depois de 1596, de acordo com os relatórios de 1599, 1609, 1620, 1629 e 1688, permanece estável o número dos elementos.

---

<sup>55</sup> CUNHA, *Catálogo*, p. 579.

São eles: oito dignidades, doze cônegos incluídos os três acima mencionados, cinco meios cônegos, dez beneficiados, quatro meios beneficiados e quatro meninos do Coro.

Na relação de 1679 afirma-se que, para além do Cabido e dos catorze sacerdotes coreiros, servem na Sé um sacristão (Aedituus), um organista, um cerimoniário, um Mestre, um porteiro (janitor), um cimbalista e quatro ou seis meninos do coro.

Mas, voltando ao Cabido, lembremos que as divisões referidas correspondem à quantidade de rendimentos que usufruem. As dignidades recebem mais do que uma prebenda, os cônegos gozam de uma e, a partir daí, vai decrescendo até aos meio-beneficiados, também chamados meio-bacharéis, que obtém um oitavo de prebenda. As conezias ou prebendas, da Sé do Porto, em 1589, eram pobres rendendo em média 100 000 réis por ano. Por esse motivo o erudito bispo alega, comprovado pelas testemunhas, não poder ir a Roma nenhum dos cônegos em sua representação.

As correspondências monetárias de uma prebenda nem sempre são iguais. Verificamos, assim, que em 1599 cada uma rendia 300 cruzados e a renda episcopal era de 11 000 cruzados e a pensão pessoal era de 1 125. Em 1629, porém, cada conezia rende 170 000 réis (cerca de 400 cruzados) e os rendimentos da mesa episcopal são de 12 000 mais o Mosteiro de Ferreira, duas igrejas anexas e alguns benefícios simples de 40 a 50 000 réis que rendem, ao todo, à mesa episcopal 280 a 300 000 réis (cerca de 700 cruzados)<sup>56</sup>.

Sobre as quantias correspondentes aos outros elementos do Cabido, que recebiam menos de uma prebenda, é dada uma informação no relatório de 1629. Quem usufrui de meia conezia recebe 75-80 000 réis<sup>57</sup>; os beneficiados recebiam à volta de 45 000 réis e os meio-bacharéis que levavam a cruz, candelabros e turíbulo nas cerimónias recebiam de 20 a 22 000 réis. Todos estes não tinham assento nem voz no Cabido.

As oito dignidades recebiam as prebendas que lhe estavam destinadas por Estatutos e cujo valor monetário equivalia ao valor da renda dos benefícios que detinha. Vejamos um por um:

- O Deão, presidente do Cabido, recebia duas prebendas e os frutos da Igreja de Sobreira, que lhe estava unida, e valia, em 1629, 300 000 réis. Os seus benefícios somavam, nessa altura, 640 000 réis (1 600 cruzados).

---

<sup>56</sup> RODRIGO DA CUNHA, no seu *Catálogo dos bispos de 1623* (p. 372), diz que a mesa episcopal tem de renda 16 000 cruzados. Afirma que cada prebenda podia ir até 185 000 réis (p. 371). Em 1627 a mesa episcopal rendia 16 000 cruzados mas baixou para 13 000 devido à crise comercial (cf. ARCHIVIO CONSISTORIALE, *Processus Consist.*, vol. 24, fol. 242 v).

<sup>57</sup> O *Catálogo* de Rodrigo da Cunha dá para este benefício o valor de 80 90 000 réis (p. 371).

- O Chantre, presidente do Coro, recebe duas prebendas e mais alguns benefícios que lhe dão 16 000 reis, com os quais sustenta o sub-chantre.
- O Mestre-escola tem duas prebendas e mais certos direitos que lhe rendem 30 cruzados.
- O Tesoureiro tem uma prebenda e os frutos de duas partes da Igreja de Santo Ildefonso que valiam 130 000 reis, em 1629<sup>58</sup>.
- O Arcediago do Porto, cujo cargo foi criado novamente em 1398, recebia uma prebenda e os frutos da igreja de Meinedo que valiam 1 000 cruzados (cerca de 40 000 rs).
- O Arcediago de Oliveira do Douro, criado em 1455 por D. Luís Pires, recebia duas prebendas e o benefício da igreja de Santa Eulália que valia 200 000 rs (500 cruzados).
- O Arcediago da Régua, criado por D. João de Azevedo em 1492, tinha de rendimento uma prebenda e metade dos frutos da igreja de S. Faustino da Régua que valiam 350 000 rs (900 cruzados).
- O Arcipreste, dignidade criada em 1541, recebe duas prebendas<sup>59</sup>.

Gastavam-se, assim, nas oito dignidades treze prebendas. Se lhe somarmos as doze dos cônegos restam somente seis das trinta e uma que a relação de 1599 diz ter a diocese. Os ministros que, segundo este mesmo relatório, servem a Sé são quarenta e quatro, incluindo o Reitor da Sé, que é o pároco, e os seus coadjutores, bem como os quatro meninos do coro.

Em 1620, D. Rodrigo da Cunha pede ao Papa que os beneficiados sejam providos de modo a ter em conta a finalidade para que foram criados. E esta é a de cantar nas celebrações. Por isso devem eles estar munidos de «voz e ciência» para tal ministério.

D. João de Sousa informa, em 1688, que ordenou por Estatuto que depois do falecimento de um membro do Cabido este continue por dois anos a receber metade dos benefícios que usufruía. Isto porque muitos morriam com dívidas sem deixarem até nada com que pagar o sufrágio das suas almas. Pede o bispo

---

<sup>58</sup> Rodrigo da Cunha em 1623 informa-nos de que a outra parte pertence ao Cabido. A soma das três partes é de 160 a 180 000 réis, pagando o bispo ao cura de almas de Santo Ildefonso, que é o pároco, 8 000 réis de porção (p. 372).

<sup>59</sup> Em 1627, as testemunhas do processo episcopal de D. João Valadares dão para as Dignidades as seguintes quantias: Chantre e Arcipreste 900 cruzados, Arcediago do Porto 1 400, Arcediago de Oliveira 1 300, Arcediago da Régua 1 150.

ao Santo Padre que confirme tal determinação, como tem feito para outras Sés do Reino.

A Colegiada de Cedofeita, situada extra muros, é referida por todas as relações. Em 1599 era constituída pelos seguintes elementos: Prior, três dignidades (Chantre, Mestre escola e Tesoureiro), seis cônegos e dois meio cônegos. Em 1620 tem oito cônegos prebendados e três e meio. Estes números permanecem constantes nos relatórios seguintes.

Sabemos que os frutos da Igreja de Santa Maria de Nogueira estavam unidos ao Mestre-escola da colegiada (relação de 1688), e que rendiam, em 1629, 100 000 rs.

A renda que a Colegiada usufruia era de 1 200 moedas de ouro (escudos) em 1605, de 600 000 rs. em 1609, de 1 300 escudos (520 000 rs.) em 1629.

A Igreja era paroquial e tinha, em 1629, 318 pessoas de comunhão e 93 menores.

## Mosteiros da cidade

E deixei para o fim este aspecto da vida religiosa do Porto porque é talvez aquele em que mais claramente se denota uma evolução desde os finais do século XVI e por todo o século XVII.

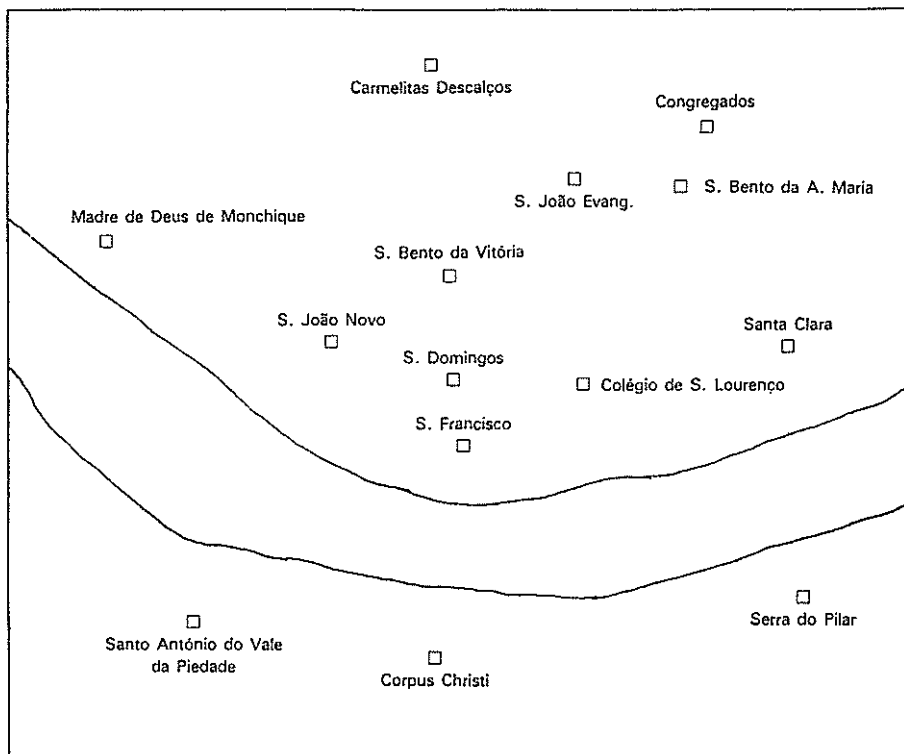
As relações têm sempre em conta a divisão dos que se situam dentro dos muros e dos que estão nos subúrbios. Vamos seguir também esta separação. Começaremos pelos mais antigos fornecendo, para cada um, alguns dados históricos que são gerais mas nos permitem situá-los.

*Convento de S. Francisco* — Junto a uma antiga capela de S. Miguel começaram os frades a construir, em 1232, um convento, aproveitando de um terreno oferecido, onde hoje está o Palácio da Bolsa. Como não tinham licença do prelado para a construção, o Cabido, encontrando-se o bispo, D. Pedro Salvador, para Roma, embargou a continuação dos trabalhos. Os frades apelaram para todos os que lhes poderiam valer, mas só com Inocência IV, affecto aos franciscanos, conseguiram, em 1244, prosseguir as obras. A primitiva igreja foi substituída em 1383-1410 pela actual. O convento, na noite de 24 de Julho de 1832, ficou em ruínas, devido a um incêndio. A 16 de Outubro de 1842 foi lançada a primeira pedra para o Palácio da Bolsa.

*Convento de S. Domingos* — Este foi fundado a pedido do bispo D. Pedro Salvador em 1238, reinado de D. Sancho II. Era do padroado real. O bispo mudaria depois de sentimentos, mas a primeira fase das obras estava concluída em 1245. Em 1777 um grande incêndio destruiu parte do edifício que logo foi reedi-

ficado. Durante o cerco do Porto, em 1832, foi terrivelmente destruído todo o convento, por novo incêndio e assim acabou. As ruínas foram arrematadas em 1834.

### Mosteiros Portucalenses no século XVII



*Convento de S. João Evangelista* — Era de cónegos seculares conhecidos por lóios. Tiveram um primitivo convento em Campanhã, fundado em 1425; com base num mosteiro transformado a partir de uma albergaria preexistente. Desprotegidos com a nomeação de D. Vasco para arcebispo de Évora, retiram-se para Vilar de Frades. Seria D. João de Azevedo quem lhes construiu novo convento encostado aos muros da cidade. A primeira pedra foi lançada em 1490. Depois de 1834 foi a igreja arrasada e o edifício vendido.

*Colegio de S. Lourenço* — É da Companhia de Jesus. Foi fundado em 1560 por S. Francisco de Borja. Por grande oferta de F. Álvares Távora mudou para a Rua das Aldas, depois cha-



mado Largo do Colégio. Em 1759, suprimidos os jesuítas, passaria o Colégio para a Universidade de Coimbra em 1774, que o vendeu em 1780 aos Agostinhos Descalços (frades Grilos). Estes abandonaram-no quando em 1832 entraram no Porto os liberais. Agora é o Seminário diocesano desde 1862.

*Convento de S. João Novo* — Pertenceu aos Eremitas de Santo Agostinho. Estava situado no antigo Largo de Nossa Senhora da Esperança, depois chamado de S. João Novo. Estava também pegado à muralha da cidade, de dentro. Foi fundado em 1592, mas as obras foram muito demoradas. Em 1689 ainda não estavam concluídas. A partir de 1832 tem servido para vários fins públicos (hospital, tribunal...).

*Convento de S. Bento da Vitória* — Foi fundado pelos beneditinos em 1597, próximo das Portas do Olival. Por ficar próximo da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, adquire este nome. Foi construído no sítio de uma antiga judiaria. A obra da igreja durou até ao final do século XVII, com algumas dificuldades, também por parte do bispo. Em 1599 já lá havia religiosos. O convento, depois da extinção das ordens religiosas, foi um quartel.

*Convento de S. Clara* — Pertence às freiras da Ordem de S. Francisco ou S. Clara. Foi fundado em 1416 com a presença de D. João I, junto às muralhas novas, no sítio de Carvalhos do Monte, próximo ao postigo do Carvalho. Praticamente foi uma trasladação do mosteiro de Santa Clara do Torrão, fundado em 1246, para esta nova sede.

*Convento de S. Bento da Avé Maria* — Foi este convento fundado em 1518, por D. Manuel I, para as freiras beneditinas. Era encostado às muralhas da cidade na parte interna, à beira da Porta de Carros. As obras foram concluídas em 1528, mas em 1535, com a trasladação das religiosas de Rio Tinto, Tuias, Vila Cova e Tarouquela é que o convento adquiriu um total funcionamento. A igreja, incendiada em 1783, é reedificada logo depois. Para este mosteiro vieram as freiras do Convento de Monchique, da Ordem de S. Francisco, quando o governo constitucional converteu a sua sede em arrecadação de material bélico. Extinto o Convento, nesse local se construiu a Estação de S. Bento. A primeira pedra foi lançada em 1900.

*Convento da Madre de Deus de Monchique* — Era das freiras franciscanas e estava em Miragaia, situado entre a margem do Douro e a encosta sobre parte da qual se abriu a Rua da Restauração. Foi fundado em 1535. Com a extinção das ordens religiosas em 1834 foi incorporado nos bens nacionais. Lá estiveram

o arsenal militar, depois, em 1846, uma fábrica de moeda, armazéns, etc. Voltando de novo à praça em 1874, foi comprado em cinco lotes.

*Convento Corpus Christi*— Também é conhecido por Convento de S. Domingos das Donas. Estava como o anterior fora dos muros, mais precisamente em Gaia. Foi fundado na primeira metade do século XIV, mas só se concluiu em 1345 devido a algumas dificuldades postas pelo Cabido. Também foi extinto em 1834. Aí se instalou a Confraria de Nossa Senhora do Rosário e de S. Domingos de Gusmão (1882-1922). Depois foi sede do Instituto Feminino e Regeneração, confiado às Irmãs do Bom Pastor (1930).

*Convento de Santo Agostinho da Serra do Pilar*— Fundado por Fr. Bento de Abrantes, prior de Grijó, em 1540, destinava-se a substituir o anterior por ser aquele ele pouco sadio. A transferência deu-se em 1542. Foi chamado, até 1567, de S. Salvador como o de Grijó. Depois, adoptou o nome de Santo Agostinho. As obras da Igreja começaram em 1598, numa construção semelhante à de Santa Maria Redonda em Roma. Só em 1678 é que, com a vinda de uma imagem de Nossa Senhora do Pilar surgiu novo nome. Antes o local chamava-se Monte de S. Nicolau ou da Meiojeira e o cabeço do monte onde está o mosteiro apelidava-se de Quebrantões. As lutas liberais deixaram a igreja e o mosteiro em ruínas. A igreja seria restaurada e o mosteiro aproveitado para quartel.

*Convento dos Carmelitas Descalços*— A Ordem entrou no Porto em 1617. Diogo Lopes de Sousa era o governador da Cidade. Dele obtiveram licença. O bispo D. Gonçalo de Moraes opôs-se, mas os protectores dos frades tiveram mais força. A princípio estabeleceram-se numas casas da Rua de S. Miguel. Depois construíram o convento, fora de muros, perto da saída da Porta do Olival. A primeira pedra foi lançada por D. Rodrigo da Cunha. Em 1622 já se mudaram os frades para uma parte habitável. A igreja só se acabaria em 1658 e sucessivos melhoramentos a iriam embelezando. Depois da extinção em 1834, ficou parte para quartel, parte foi dado à ordem Terceira do Carmo para o seu hospital.

*Convento de Santo António de Vale da Piedade*— Era dos franciscanos reformados, antoninhos ou capuchos. Fundou-se em 1569 ligado à Província da Soledade. Ao local, situado em frente de Miragaia, da outra parte do rio, chamava-se Vale de Amores, por ser um matagal aproveitado pelos moradores das redondezas... Os frades, porém, mudaram-lhe o nome para Vale da Piedade. O convento incendiado a 14 de Dezembro de 1832 ficou destruído. Em 1834 as ruínas foram vendidas a particulares.

*Convento dos Congregados de S. Filipe de Neri*— Foi fundado em 1679 junto à antiga Porta de Carros, pela Congregação do Oratório, por vontade de D. Fernando Correia de Lacerda que trouxe dois oratorianos (Manuel Rodrigues Leitão e João Lobo) ao regressar das Cortes de Lisboa. A câmara cedeu-lhes a Capela de Santo António fundada em 1650, fora da referida Porta, e os terrenos adjacentes. Aí fizeram as construções e entraram para a nova casa a 8 de Dezembro de 1680. A Igreja, secularizada por ocasião do cerco do Porto, foi entregue ao culto em 1836. O edifício do Convento e os terrenos do Monte dos Congregados foram vendidos depois de 1834. A torre e a sacristia da igreja foram demolidos em 1842.

Pertencem ainda ao âmbito das relações outras duas instituições de beneficência de que também daremos alguns dados.

*Recolhimento do Anjo da Guarda*— Foi instituída por D. Helena Pereira da Maia, em 1672 para dez donzelas órfãs, pobres, filhas de pais da cidade do Porto. A casa seria demolida em 1834 e no local se estabeleceria a Praça do Anjo.

*Colégio dos Meninos Orfãos da Graça*— Foi esta casa fundada por um sacerdote chamado Baltasar Guedes (1620-1693). A primeira pedra foi lançada a 21 de Novembro desse ano, perto da Cordoaria. No ano de 1688 informa-nos o bispo, na sua relação, que tinha 33 sustentados.

Feita esta síntese histórica que nos pareceu necessária, é agora o momento de vermos que contributo dão os relatórios para o conhecimento da vida destes mosteiros. E, como grande parte dos dados são numéricos, nada melhor que a clareza de um gráfico, que nos mostra o número de pessoas de cada Convento.

#### Número de Religiosos em cada Convento

CONVENTOS	1623	1629	1688
S. Francisco .....	até 60	65	60 + 6 noviços
S. Domingos .....	26	26	26
S. João Evangelista .....	40	40	35
Colégio de S. Lourenço .....	25	25	24

CONVENTOS	1623	1629	1688
S. Bento da Vitória .....	31	31	23
S. João Novo .....	6	6	15
Santa Clara .....	88 5 noviças	+ de 90 1 conv.	110 7 nov. 11 educ.
São Bento da Avé Maria ...	105 7 conv.	+ de 60 7 conv.	96 7 nov. 3 conv. 4 educ.
Madre de Deus de Monchique	3 nov. 7 conv.	+ de 70 7 conv.	101 4 nov. 8 conv.
Corpus Christi .....	47 3 noviças	+ de 40	67 2 nov. 6 educ.
Serra do Pilar .....	25	25	20
Carmelitas Descalços .....	18	25	65
Santo António do Vale da Piedade .....	20	25	25
Congregados de S. Filipe de Neri .....	—	—	24
Recolhimento do Anjo .....	—	—	34 recolhidos
Colégio dos Órfãos .....	—	—	33 sustentados

A relação de 1688 informa também dos rendimentos de cada mosteiro, que seguidamente transcrevemos ainda que, como se vê, de alguns nada informe.

S. Domingos .....	800 000 rs.
Colégio de S. Lourenço .....	1 400 000 »
S. Bento da Vitória .....	1 200 000 »
S. João Evangelista .....	2 000 000 »
S. João Novo .....	600 000 »
Serra do Pilar .....	3 000 000 »
Congregados de S. Filipe .....	460 000 »
S. Bento da Avé Maria .....	5 000 000 »
Santa Clara .....	4 000 000 »
Madre de Deus .....	1 000 000 »
Corpus Christi .....	900 000 »

É muito curiosa e importante a imagem que nos dá a relação de 1688 acerca do estado dos mosteiros. Na verdade, o bispo afirma que todos os mosteiros estão com empenhos e muito empobrecidos. Aponta como razões tanto o facto de não se empregarem os dotes como foi estabelecido no Concílio, como pela contínua admissão de religiosas supranumerárias para com os dotes vencer as despesas que afinal sempre aumentam. E o prelado está atento não só à pobreza mas também ao consequente relaxamento de costumes que ela traz consigo. Pede, por isso, ao Santo Padre que ordene a proibição de admitir religiosas supranumerárias.

Também se refere a relação a alguns mosteiros em particular. É o caso do Convento de Madre de Deus de Monchique. Diz dele que «é muito reformado, sempre teve religiosas de virtude, e ultimamente no primeiro de Dezembro de 1686 morreu nele a Madre Leocádia da Conceição, com aquela reputação de santidade de que testemunhou a sua dilatada vida e o concurso da piedade dos moradores desta cidade na assistência que lhe fez depois de morta. E, a requerimento dos seus superiores, mandei fazer sumário de algumas coisas suas particulares que se expõem a Vossa Santidade». Tentei, em vão até agora, encontrar estas referências.

Sobre o Mosteiro de Corpus Christi relata que as religiosas vivem reformadas mas em muita pobreza. A sua casa ameaça ruínas para além das que já sofreram na Igreja e no coro que se fizeram de novo com a ajuda do bispo. Acrescenta que ajudará ainda mais para que possam construir o dormitório e a enfermaria.

Quanto ao Mosteiro de Santa Clara, sendo o mais rico, por exceder o número, encontra-se também em baixo. D. João de Sousa afirma que nele reformou algumas coisas que ofendiam a clausura, reduzindo algumas casas exteriores e quintais, construindo um dormitório novo que fechou a clausura e deixou mais espaço, ficando as religiosas em trinta e quatro celas, deixando casas para as criadas e outras oficinas e locutórios novos, com grades apertadas e distantes uma das outras.

São vigorosas as palavras com que a relação descreve a reforma operada pelo bispo nos mosteiros de Vairão e de Avé Maria, o qual neste caso nos interessa. Assim, diz tê-los visitado e feito aí eleger Abadessas. Revogou todas as visitas antecedentes para a melhoria espiritual, reforma da clausura e mais útil administração dos bens. Reduziu as visitas a capítulos acrescentando outros conformes à regra do seu Patriarca. Orgulha-se o prelado portuense por este mosteiro ser, nesse momento, conhecido pela sua exemplaridade, não só nos hábitos exteriores mas também nas virtudes. Cessaram as antigas e escandalosas assistências de eclesiásticos e seculares. Para reformar a clausura teve o bispo de realizar obras, algumas à sua custa. São estas do mesmo teor das realizadas no Mosteiro de Santa Clara. Proibiu que nesses mosteiros entrassem educandas porque além de serem onerosas e requerentes de cuidados, «a experiencia mostra que as noviças vem com melhor educação de casa de seus pais».